


**ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS
ACADEMIA REAL MILITAR (1811)
CURSO DE CIÊNCIAS MILITARES**

Victor Pereira De Menezes

**O EMPREGO DA TROPA DE INFANTARIA PARAQUEDISTA NA INTERVENÇÃO
FEDERAL DE 2018**

Resende

2022

	APÊNDICE III (TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE DIREITOS AUTORAIS DE NATUREZA PROFISSIONAL) AO ANEXO B (NITCC) ÀS DIRETRIZES PARA AGOVERNANÇA DA PESQUISA ACADÊMICA E DA DOCTRINA NA AMAN	AMAN 2022
---	---	----------------------

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE DIREITOS AUTORAIS DE NATUREZA PROFISSIONAL

TÍTULO DO TRABALHO: O EMPREGO DA TROPA DE INFANTARIA PARAQUEDISTA NA INTERVENÇÃO FEDERAL DE 2018
AUTOR: VICTOR PEREIRA DE MENEZES

Este trabalho, nos termos da legislação que resguarda os direitos autorais, é considerado de minha propriedade.

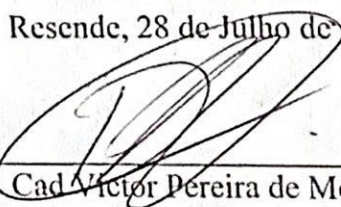
Autorizo a Academia Militar das Agulhas Negras a utilizar meu trabalho para uso específico no aperfeiçoamento e evolução da Força Terrestre, bem como a divulgá-lo por publicação em revista técnica da Escola ou outro veículo de comunicação do Exército.

A Academia Militar das Agulhas Negras poderá fornecer cópia do trabalho mediante ressarcimento das despesas de postagem e reprodução. Caso seja de natureza sigilosa, a cópia somente será fornecida se o pedido for encaminhado por meio de uma organização militar, fazendo-se a necessária anotação do destino no Livro de Registro existente na Biblioteca.

É permitida a transcrição parcial de trechos do trabalho para comentários e citações desde que sejam transcritos os dados bibliográficos dos mesmos, de acordo com a legislação sobre direitos autorais.

A divulgação do trabalho, em outros meios não pertencentes ao Exército, somente pode ser feita com a autorização do autor ou da Direção de Ensino da Academia Militar das Agulhas Negras.

Resende, 28 de Julho de 2022.



Cad Victor Pereira de Menezes

Dados internacionais de catalogação na fonte

M543e MENEZES, Victor Pereira de

O emprego da tropa de infantaria paraquedista na intervenção federal de 2018. / Victor Pereira de Menezes – Resende; 2022. 54 p. : il. color. ; 30 cm.

Orientador: Guilherme Winston da Silveira Rodrigues

TCC (Graduação em Ciências Militares) - Academia Militar das Agulhas Negras, Resende, 2022.

1.Intervenção Federal 2.Brigada de Infantaria Paraquedista
3.Emprego 4.Preparo I. Título.

Victor Pereira De Menezes

**O EMPREGO DA TROPA DE INFANTARIA PARAQUEDISTA NA INTERVENÇÃO
FEDERAL DE 2018**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Militares, da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN, RJ), como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Ciências Militares.**

Orientador: Cap Guilherme Winston da Silveira Rodrigues

Resende

2022

Victor Pereira De Menezes

**O EMPREGO DA TROPA DE INFANTARIA PARAQUEDISTA NA INTERVENÇÃO
FEDERAL DE 2018**

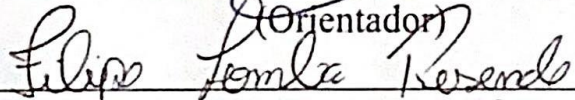
Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Militares, da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN, RJ), como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Ciências Militares**.

Aprovado em 16 de Agosto de 2022

Banca examinadora:



Guilherme Winston da Silveira Rodrigues - Capitão

(Orientador)


Filipe Lomba Resende - Capitão



Matheus Santana Vargas - Capitão

Resende

2022

Primeiramente, dedico este trabalho à Deus que em todos os momentos da minha vida se fez presente, guiando meus passos, abençoando-me na realização de um dos meus sonhos que é de ser Oficial do Exército e fortalecendo-me em cada obstáculo, aqueles que enfrentei e os que ainda virão. E em segundo lugar, à minha família que sempre batalhou por mim, estando ao lado das minhas conquistas mas principalmente nas minhas derrotas oferecendo força para continuar. Entretanto, em especial, aos meus pais que são exemplos de homem e mulher valorosos a quem eu devo tudo o que tenho e o que sou.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus pelo seu amor incondicional pela minha vida, amparando-me nos momentos de dificuldades e dando-me forças para continuar marchando para o Alvo, mostrando-me que Ele tem o controle da minha vida e que não sou nada sem a Sua presença. Além de atender minhas orações, dando-me muito mais do que imaginei e pedi e por ter a certeza que posso descansar no Senhor por saber que meu futuro está em suas mãos.

Em segundo lugar aos meus pais, Marlon França de Menezes e Geane Chaves Pereira de Menezes, que são a minha base em todos os momentos da minha vida. Devo minha vida a vocês pela educação que me proporcionaram não apenas acadêmica, mas, principalmente, cívica e moral os quais compõe o meu caráter e o homem que sou hoje. Por sempre acreditarem em mim, fazendo de tudo para que o meu sonho, que também é o de vocês, se realizasse e, hoje, poderemos vivê-lo. E por serem a minha fonte de vibração e força para nunca desistir pois, ao lembrar de vocês e de tudo que passaram ao meu lado para que eu conquistasse o que tenho hoje, o mínimo que posso fazer é recompensá-los de forma honrosa sem envergonhar o nome da nossa família.

Agradeço aos meus irmãos, Jairo Milanez de Lima Filho e Marlon Pereira de Menezes que são os melhores amigos que eu poderia ter, a quem eu confio plenamente, apoiando-me nas minhas escolhas, sempre presente nos momentos difíceis e ao meu lado nas minhas conquistas. Vocês são o exemplo de amizade e companheirismo.

Outrossim, aos meus companheiros de turma e amigos que me acompanham até hoje, os quais ombrearam ao meu lado nas vitórias e derrotas durante toda a formação acadêmica e que, com toda a certeza, hoje eu não estaria no último ano de formação se não fosse o espírito de união e camaradagem que nós tanto cultuamos na Caserna. Nos últimos 5 anos da minha vida, vocês tornaram-se a minha segunda família.

Por fim, ao meu orientador Cap Winston, a quem tive o contato no ano de 2021 no 3º Ano do Curso de Infantaria, demonstrando ser um militar disposto a ajudar e dedicado em suas atribuições e que, além do vasto conhecimento sobre as atividades Aeroterrestres, esteve presente na Intervenção Federal de 2018, fato esse que facilitou a realização deste presente trabalho. Agradeço a paciência e a atenção em me orientar neste trabalho e levarei para vida, com muito orgulho, as experiências e ensinamentos que o senhor me proporcionou.

RESUMO

**O EMPREGO DA TROPA DE INFANTARIA PARAQUEDISTA NA
INTERVENÇÃO FEDERAL DE 2018**

AUTOR: Victor Pereira de Menezes

ORIENTADOR: Capitão Guilherme Winston da Silveira Rodrigues

A Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro no ano de 2018 foi um marco da atuação das Forças Armadas em prol da crise de segurança pública que assolava o Estado. Dessa forma, a Intervenção tinha como principal objetivo intervir na segurança pública do Estado Fluminense a fim de reduzir os elevados índices de criminalidade dessa região. Com isso, o Governo Federal, por meio da atuação das Forças Armadas, detinha autonomia suficiente sobre todas as ações referentes a segurança. Dessa forma, o então Presidente Michel Temer nomeou como Interventor o General Walter Souza Braga Netto, na época Comandante do Comando Militar do Leste (CML) o qual tinha o privilégio de governador, devendo satisfações diretamente ao Governo Federal, entretanto restringia-se à área da segurança pública. Em virtude desse contexto, o Gen Braga Netto organizou a atuação das Forças Armadas na seguinte forma: no Nível Estratégico, o Gabinete de Intervenção Federal (GIF), o qual tem como objetivo integrar, cooperar e recuperar os órgãos de segurança pública e reduzir os índices de criminalidade. Já no Nível Operacional, o Comando Conjunto, cuja principal missão é aumentar a sensação de segurança, por parte da população, atuando nas causas, que são os traficantes e as manchas criminais. E no Nível tático os Grandes Comandos (G Cmdo), Organizações Militares (OM) do CML e as Grandes Unidades (GU). É nesse último nível que a Brigada de Infantaria Paraquedista se encaixa. Além de ser uma Força de Emprego Estratégico Nacional está totalmente inserida nesse cenário volátil, incerto, complexo e ambíguo, sendo imprescindível a sua atuação nessa medida Federal. Portanto, esta pesquisa buscou correlacionar a situação da Intervenção Federal com os impactos dessa medida no grau de adestramento e preparo da tropa de Infantaria Paraquedista.

Palavras-chave: Criminalidade; Intervenção Federal; Tropa de Infantaria; Paraquedista; Adestramento; Preparo;

ABSTRACT

THE EMPLOYMENT OF THE PARATROOP INFANTRY TROOP IN THE 2018 FEDERAL INTERVENTION

AUTHOR: Victor Pereira de Menezes

ADVISOR: Captain Guilherme Winston da Silveira Rodrigues

The Federal Intervention in the state of Rio de Janeiro in 2018 was a landmark of the Armed Forces' actions to address the public security crisis that was devastating the state. Thus, the main objective of the intervention was to intervene in the public security of the state of Rio de Janeiro in order to reduce the high crime rates in the region. With this, the Federal Government, through the action of the Armed Forces, had autonomy over all actions related to security. For this, then-President Michel Temer nominated General Walter Souza Braga Netto, then Commander of the Eastern Military Command (CML), as Intervenor. In this context, Gen Braga Netto organized the actions of the Armed Forces as follows: at the Strategic Level, the Federal Intervention Office (GIF), which aims to integrate, cooperate and recover public security agencies and reduce crime rates. On the Operational Level, the Joint Command, whose main mission is to increase the population's feeling of security, by acting on the causes, which are the traffickers and the criminal spots. At the tactical level are the Great Commands (G Cmdo), Military Organizations (OM) of the CML, and the Great Units (GU). It is at this last level that the Parachute Infantry Brigade fits. Besides being a National Strategic Employment Force, it is fully inserted in this volatile, uncertain, complex and ambiguous scenario, making its performance in this Federal measure indispensable. Therefore, this research sought to correlate the situation of the Federal Intervention with the impacts of this measure on the degree of training and preparation of the Paratrooper Infantry troop.

Keywords: Criminality; Federal Intervention; Paratrooper; Infantry Troop. Training. Preparation.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Registros de ocorrências entre os anos de 2015 e 2018.....	20
Tabela 2 – Etapas da Pesquisa.....	44

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Militares da Bda Inf Pqdt realizando postos de vigia durante a Op Arcanjo...	21
Figura 2 – Militares da Bda Inf Pqdt durante a Op São Francisco.....	23
Figura 3 – Ex Presidente Michel Temer, Ex Governador do Estado do Rio de Janeiro Luíz Fernando Pezão e o Ex Presidente da Câmara dos Deputados Rodrigo Maia assinando o termo de instauração da Intervenção Federal.....	27
Figura 4– Formatura dos Batalhões de Infantaria da Brigada Paraquedista	32
Figura 5– Macrocefalia Urbana no Rio de Janeiro	35
Figura 6– Pista de Combate a Localidade no CIG	36

LISTA DE QUADROS

Quadro 1– Organograma da Intervenção Federal	26
Quadro 2– Organograma da Bda Inf Pqdt.....	30
Quadro 3– Organograma do Comando Conjunto.....	31
Quadro 4– Plano de adestramento básico nível Pelotão de Fuzileiros	34
Quadro 5– Planejamento anual da Bda Inf Pqdt no ano de 2018.....	39

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1– Melhora no grau de adestramento da tropa de Infantaria Paraquedista.....	45
Gráfico 2– Análise dos benefícios da Intervenção Federal.....	48

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

UPP	Unidades de Polícia Pacificadora
ORCRIM	Organizações criminosas
FFAA	Forças Armadas
LC	Lei Complementar
F Pac	Forças de Pacificação
PBCVU	Postos de Bloqueio de Vias Urbanas
OCD	Operações de Controle de Distúrbios
OBA	Operações de Busca e Apreensão
ACISO	Ações cívico sociais
CML	Comando Militar do Leste
GIF	Gabinete de Intervenção Federal
C Cj	Comando Conjunto
G Cmndo	Grandes Comandos
OM	Organizações Militares
GU	Grandes Unidades
Bda Inf Pqdt	Brigada de Infantaria Paraquedista
F Emp Estrt	Força de Emprego Estratégico
CV	Comando Vermelho
PCC	Primeiro Comando da Capital
ADA	Amigo dos Amigos
TC	Terceiro Comando
ISP	Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro
GLO	Garantia da Lei e da Ordem
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia Estatística
TTP	Técnicas, Táticas e Procedimentos
OCCA	Operações de Coordenação e Cooperação de Agências
COTER	Comando de Operações Terrestres
CAAdEx	Centro de Avaliação de Adestramento do Exército
CIG	Centro de Instrução do Gericinó
APOP	Agentes Perturbadores da Ordem Pública
OSP	Órgãos de Segurança Pública
ECEME	Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Sumário

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 TEMA	16
1.2 DELIMITAÇÃO DO TEMA	17
1.3 FORMULAÇÃO DO TEMA	17
1.4 OBJETIVOS	17
1.4.1 Objetivo Geral.....	17
1.4.2 Objetivos Específicos	17
1.5 DIVISÃO DE CAPÍTULOS	18
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	19
2.1 ANTECEDENTES DE INTERVENÇÃO FEDERAL	19
3. INTERVENÇÃO FEDERAL DE 2018	23
3.1 CONCEITO	23
3.2 CARACTERÍSTICAS	24
3.3 REQUISITOS PARA INSTAURAR A INTERVENÇÃO FEDERAL	27
4. BRIGADA DE INFANTARIA PARAQUEDISTA	29
4.1 SUBORDINAÇÃO.....	29
4.2 CARACTERÍSTICAS	31
4.3 PLANO DE ADESTRAMENTO.....	32
5. REGRAS DE ENGAJAMENTO	37
5.1 CONCEITO	37
5.2 REGRAS DE ENGAJAMENTO UTILIZADAS NA INTERVENÇÃO FEDERAL	37
6. A BRIGADA DE INFANTARIA PARAQUEDISTA NA INTERVENÇÃO FEDERAL.....	39

6.1 IMPACTOS DA INSTAURAÇÃO DA INTERVENÇÃO FEDERAL QUANTO AO GRAU DE ADESTRAMENTO E PREPARO DA TROPA.....	39
7. REFERENCIAL METODOLÓGICO	42
7.1 TIPO DE PESQUISA.....	42
7.2 MÉTODOS	42
7.3 INSTRUMENTOS DE PESQUISA.....	44
7.4 ANÁLISE DOS RESULTADOS	45
8. RESULTADOS E DISCUSSÕES	49
9. CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
10. REFERÊNCIAS	51

1 INTRODUÇÃO

Ao analisar o histórico do Rio de Janeiro nos últimos 30 anos, não é de hoje que a crise de segurança pública o assola de forma generalizada. Porém, a partir do ano de 2017, a capital encontrava-se em uma escalada no referido assunto em questão. Fato esse que pode ser explicado pelo aumento da criminalidade e da violência; as ameaças de greve dos policiais, em fevereiro de 2017, em virtude da crise fiscal que acarretou o atraso no pagamento dos salários; deterioração das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP); fortalecimento logístico e operacional das Organizações criminosas (ORCRIM) e seus conflitos entre si em busca do controle de território (CARNEIRO, 2017 apud SILVA, 2020). Consequentemente, o clima do Estado encontrava-se em constante decadência, com um sentimento de falência de seus órgãos e insegurança generalizada, demonstrando ser um governo fraco e duvidoso, em virtude da crise de autoridade, e com diversos problemas na área financeira e, principalmente, na área de segurança pública (BBC, 2017). Por ocasião desse contexto, fez-se necessária a participação das Forças Armadas (FFAA) na segurança pública no Estado do Rio de Janeiro.

Em virtude disso, medidas para contenção e prevenção dessa crise foram criadas. A precursora foi a Conferência Internacional, a ECO-92, que marcou por ser uma operação presença das Forças Armadas, no qual militares circulavam pelas ruas do Estado a fim de estabelecer uma sensação de segurança com a simples presença das tropas armadas (CARPES, 2018 apud JUNIOR, 2019). Em seguida, houve a Operação Guanabara, a primeira atuação das FFAA segundo a Lei Complementar (LC) nº97/1999 cuja finalidade era realizar a segurança durante todo o feriado de Carnaval de 2003 (EBC, 2003).

Após 7 anos, a terceira atuação das FFAA, e com mais impacto, foi no complexo do Alemão e da Penha, que é formado por 12 comunidades onde traficantes da região causavam perturbações de cunho civil e patrimonial ao realizar arrastões, roubos, incêndios a ônibus e automóveis nas vias e no entorno da região, bem como ataques a instalações policiais, como as UPP (ABRANTES, 2019).

Dessa forma, deu-se início a Operação Arcanjo, que durou 2 anos, com a finalidade de estabelecer a Lei e a Ordem no local e reduzir os índices de criminalidade na região. Contou com a presença de 7 Forças de Pacificação (F Pac) formadas por 1500 militares cada. Com o fim da operação, houve uma queda significativa nos índices de criminalidade nos Complexos. Em seguida, houve a ocupação do Complexo da Maré, um conjunto de 17 favelas constituídas por cerca de 130 mil habitantes. Era marcada pela presença de 4 facções criminosas: Comando Vermelho, Terceiro Comando, Amigo dos Amigos e a milícia as quais disputavam poder na região e geravam um ambiente de violência e medo na população da localidade (LIMA, 2012 apud REIS, 2020).

Nesse contexto, com duração de 1 ano e 3 meses (abril de 2014 e junho de 2015), o Estado do Rio contou com o apoio do Exército ao empregar cerca de 1800 soldados na chamada Operação São Francisco. Foram realizados patrulhamentos ostensivos, motorizadas e a pé, reconhecimentos, Postos de Bloqueio de Vias Urbanas (PBCVU), Operações de Controle de Distúrbios (OCD), Operações de Busca e Apreensão (OBA) e, principalmente, ações cívico-sociais (ACISO) na região em questão (ABRANTES, 2019).

Em virtude do bom cumprimento da missão, os índices de criminalidade na região tiveram uma significativa redução, como na taxa de homicídios e apreensões de armas, entretanto, quanto às condições de segurança da população, não foram à contento.

Nesse interim, o Rio de Janeiro estava inserido também em uma grave crise econômica. Exemplo disso é a falta de recursos para o pagamento de servidores públicos, inclusive policiais; investimentos em segurança pública no Estado; inúmeros casos de corrupção; e falência de estabelecimentos comerciais, o que resultou no aumento do número de desempregados e, conseqüentemente, no aumento da criminalidade. A resultante de todos esses fatores foi a declaração de calamidade pública pelo governo estadual.

O estopim para a declaração da Intervenção Federal foi o Carnaval de 2018 no qual foram divulgados, pela mídia nacional, inúmeros casos de violência o que corroborou para um agravamento da sensação de insegurança da população fluminense. Dessa forma, no dia 16 de fevereiro de 2018, por meio do Decreto nº 9.288, o Governo Federal interveio na autonomia do Estado do Rio de Janeiro, conforme as palavras do Presidente Michel Temer.

O crime organizado quase tomou conta do estado do Rio de Janeiro. É uma metástase que se espalha pelo país e ameaça a tranquilidade do nosso povo. Por isso acabamos de decretar neste momento a intervenção federal da área na segurança pública do estado do Rio de Janeiro. (ABRANTES, 2019, p. 12)

A Intervenção Federal tem por finalidade pôr termo o comprometimento da ordem pública no Estado do Rio de Janeiro, limitando-se à esfera da segurança pública (BRASIL, 2018 apud GOMES JUNIOR, 2019), ou seja, qualquer atividade que não tivesse ligada ao tema, permaneceria sob responsabilidade do Governador do Estado, Luiz Fernando Pezão. Além disso, o Presidente nomeou como Interventor o General de Exército Walter Souza de Braga Netto, então comandante do Comando Militar do Leste (CML), que atuou em operações de GLO em diversas comunidades bem como em operações de segurança dos Jogos Olímpicos de 2016 (VALLE, 2019).

Dessa forma, o Gen Braga Netto organizou, no Nível Estratégico, o Gabinete de Intervenção Federal (GIF), o qual tem como objetivo integrar, cooperar e recuperar os órgãos de segurança pública e reduzir os índices de criminalidade. Já no Nível Operacional, o Comando Conjunto (C Cj), cuja principal missão é aumentar a sensação de segurança, por parte da população, atuando nas causas, que são os traficantes e as manchas criminais. E no Nível tático os Grandes Comandos (G Cmdo), Organizações Militares (OM) do CML e as Grandes Unidades (GU) (SILVA, 2020). É nessa última que se destaca a Brigada de Infantaria Paraquedista (Bda Inf Pqdt) no contexto da Intervenção Federal, por se caracterizar como Força de Emprego Estratégico (F Emp Estrt), está totalmente inserida nesse cenário volátil, incerto, complexo e ambíguo, conjugando as dimensões física, humana e operacional no amplo espectro dos conflitos, em que se encontrava o Estado Fluminense.

1.1 TEMA

Este presente trabalho tem como tema analisar de que forma a tropa de Infantaria Paraquedista foi empregada na Intervenção Federal.

1.2 DELIMITAÇÃO DO TEMA

Tendo em vista a crise de segurança pública que assolava o Estado do Rio de Janeiro no ano de 2018, foi necessário a instauração da Intervenção Federal neste Estado com o intuito de diminuir os elevados índices de criminalidade. Dessa forma, é imprescindível para o Exército Brasileiro analisar como a tropa de Infantaria Paraquedista foi empregada neste contexto.

1.3 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA

Portanto, é oportuno problematizar a seguinte questão: quais os impactos que essa medida teve no preparo e no adestramento da tropa da Bda Inf Pqdt no contexto da intervenção federal?

1.4 OBJETIVOS

1.4.1 Objetivo geral

Com base nessa retórica, este trabalho consiste em promover um estudo científico sobre o núcleo dos integrantes da Brigada de Infantaria Paraquedista que atuaram na referida Intervenção e levantar os impactos que essa medida trouxe quanto ao grau de emprego e preparo dessa tropa.

1.4.2 Objetivos específicos

Analisar o histórico da criminalidade do Estado do Rio de Janeiro, apresentando seus antecedentes até findar-se com a Intervenção Federal no ano de 2018;

Apresentar o conceito, características além dos requisitos para a instauração da Intervenção;

Discorrer sobre a tropa de Infantaria Paraquedista, a fim de entender sua estrutura, preparo e emprego antes da Intervenção;

Analisar as mudanças quanto ao adestramento e emprego da tropa em questão após a intervenção Federal, apresentando gráficos e pesquisas com os praças e oficiais que atuaram;

Apresentar as regras de engajamento utilizadas, as quais ampararam diretamente os militares envolvidos, quanto suas decisões, atitudes e postura frente a população carioca e a imprensa, a fim de manter a boa imagem do Exército durante todo o período da Intervenção; e

Finalizar explanando quais foram os impactos da instauração da Intervenção Federal quanto ao grau de emprego e preparo da tropa em questão.

1.5 DIVISÕES DOS CAPÍTULOS

O presente trabalho será dividido em cinco capítulos os quais abordarão sobre como será atingido os referidos objetivos. O primeiro capítulo abordará acerca dos antecedentes da Intervenção, destacando a Operação Arcanjo e São Francisco; o segundo capítulo apresentará o conceito, características e os requisitos para a instauração da Intervenção Federal de 2018. O capítulo subsequente refere-se à Brigada de Infantaria Paraquedista, destacando a subordinação a qual ela está vinculada, as características gerais dessa Unidade e o seu plano de adestramento. O quarto capítulo trata sobre as Regras de engajamento, definindo seu conceito e algumas das regras utilizadas na Intervenção. Por fim, o último capítulo versa sobre a situação problema em questão, explanando os impactos da instauração da Intervenção Federal quanto ao grau de emprego e preparo da tropa em questão.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 ANTECEDENTES DA INTERVENÇÃO FEDERAL

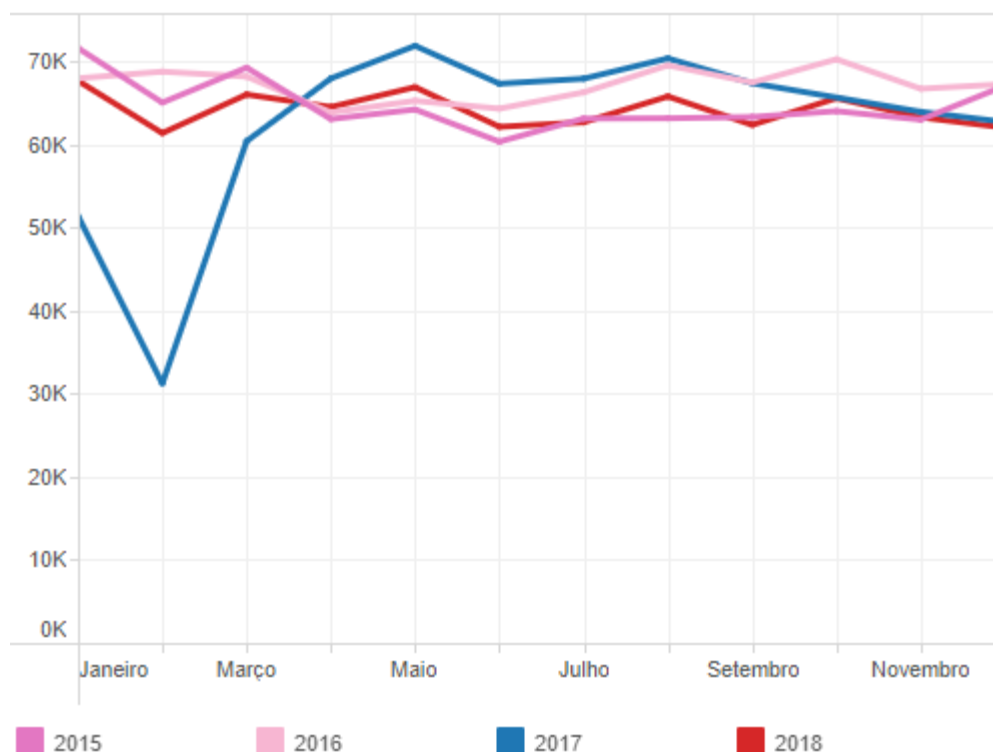
A crise da segurança pública aliada com o aumento da criminalidade no Estado do Rio de Janeiro não advém dos dias atuais. O seu princípio marca-se na década de 70, período em que germinou a primeira organização criminoso do Estado do Rio, o Comando Vermelho (CV), cujo lema é “Paz, Justiça e Liberdade”. Tem como objetivo principal o narcotráfico e roubo de cargas. Obteve um vulto cada vez maior em virtude da ascensão dos governos populistas, pois suas aberturas políticas possibilitaram que o narcotráfico andino se estabelecesse no país, resultando, assim, no aumento considerável da criminalidade (CARVALHO, 2013 apud TEIXEIRA, 2020). Como consequência dos conflitos de interesse dentro do CV, emergem-se novas organizações criminosas, tais como: Primeiro Comando da Capital (PCC), Amigo dos Amigos (ADA) e o Terceiro Comando (TC) (ABRANTES, 2019). Conforme o artigo 1º, §1º da Lei 12.850/2013, essas organizações criminosas definem-se como:

A associação de 4 (quatro) ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 4 (quatro) anos, ou que sejam de caráter transnacional.

Essas ORCRIM são responsáveis por grande parte dos delitos e pelo aumento da criminalidade no Estado Fluminense, no qual essas facções criminosas disputam territórios e o poder nas comunidades cariocas, contribuindo, por exemplo, para a perturbação da vida social e demonstração de poder frente as outras facções por meio de ataques em presídios nacionais, como em janeiro de 2017, a partir da quebra de contribuições entre o PCC e CV. A fim de concretizar esses dados, o gráfico a seguir apresenta os elevados índices de ocorrências nos anos de 2015 a 2018 no Estado Fluminense, de acordo com o Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro (ISP) (ABRANTES, 2019).

Tabela 1: Registros de ocorrência entre os anos de 2015 e 2018.

Comparativo entre anos - Registros de ocorrências



Fonte: Instituto de Segurança Pública, 2022¹.

Pode-se inferir, a partir do gráfico acima, que nesses 4 anos os registros de ocorrência ficaram em média entre 65 mil casos durante os referidos anos, ainda que entre os meses de janeiro a março de 2017 esse índice tenha abaixado drasticamente. Dessa forma, fez-se necessário a participação das FFAA na segurança pública no Estado do Rio de Janeiro. Dentre as operações realizadas, as de maiores vultos foram a Arcanjo e a São Francisco.

A operação Arcanjo é o exemplo mais recente de Operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) das FFAA. Vale destacar o conceito de GLO a fim de um melhor entendimento dessa operação. De acordo com manual Garantia da Lei e da Ordem MD33-M-10 (2ª Edição/2014), define-se:

(...) é uma operação militar determinada pelo Presidente da República e conduzida pelas forças Armadas de forma episódica, em área previamente

1 Disponível em: [Série Histórica - ISP Visualização \(ispvisualizacao.rj.gov.br\)](http://ispvisualizacao.rj.gov.br)

estabelecida e por tempo limitado, que tem por objetivo a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio em situações de esgotamento dos instrumentos para isso previstos no art. 144 da Constituição (...). (MD33-M-10, 2014).

Realizada no teatro de operações do complexo do Alemão e da Penha, com o período de 2 anos, final de 2010 até meados de 2012, quando ocorreu o início da transição de tropas das Forças Armadas para a Polícia Militar. Tinha como finalidade estabelecer a Lei e a Ordem no local e reduzir os índices de criminalidade na região e, para isso, contou com 4 contingentes com o total de 8.674 militares, no qual a Bda Inf Pqdt atuou na primeira. De acordo com o Ministério da Defesa, essa operação foi responsável pela apreensão de armas, munições, entorpecentes, automóveis, máquinas caça-níqueis e eletroeletrônicos (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2012 apud ABRANTE, 2019). Para isso, foram realizadas patrulhas motorizadas e a pé, reconhecimentos em vias de acesso, posto de bloqueios, isolamento de áreas e voos de reconhecimento, cujo dispêndio foi de aproximadamente 135 milhões e meio para o Estado. Findou-se, definitivamente, em junho de 2012 com a saída das tropas do Exército para a implementação das UPP's (ABRANTE, 2019).

Figura 1: Militares da Bda Inf Pqdt realizando postos de vigia durante a Op Arcanjo.



Fonte: Revista Digital 70 anos da Brigada de Infantaria Paraquedista, site da Biblioteca Digital do Exército 2016².

2 Disponível em: [DSpace DECEx: 70 anos : Brigada de Infantaria Pára-quedista,1945-2015 \(eb.mil.br\)](https://eb.mil.br/DSpace/DECEx:70anos:Brigada%20de%20Infantaria%20P%C3%A1ra-quedista,1945-2015)

Outrossim, assim como na Operação Arcanjo, a Operação São Francisco também teve seu grau de complexidade. Tinha como área de operações o complexo da Maré, localizado na Zona Norte do Rio de Janeiro. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), a Maré corresponde ao maior conjunto de comunidade carentes, totalizando cerca de 130 mil habitantes. Em virtude de suas características como: terreno plano, elevado número de habitantes e vácuo de Poder Judiciário, o que se torna mais vulnerável para a ascensão e atuação de facções criminosas na região (DÓRIA, 2018 apud REIS, 2020), foi instaurada a Diretriz Ministerial número 9, de 31 de março de 2014, o qual autoriza

Emprego temporário e episódico de meios das Forças Armadas em ações na Garantia da Lei e da Ordem(...)para a preservação da ordem pública e incolumidade das pessoas e do patrimônio, no Complexo da Maré, na cidade do Rio de Janeiro (...). (DIRETRIZ MINISTERIAL NÚMERO 9, 2014, apud ABRANTE, 2019)

Para isso, do período da instauração dessa diretriz até março de 2015, 65 mil ações foram realizadas. Dentre elas, foram realizadas prisões por crime comum e militar, apreensões de drogas, armas e munições além de veículos e motocicletas (ABRANTES, 2019). Vale destacar que um dos fatores para o sucesso dessa operação foram as denúncias feitas por parte da população ao Disque Pacificação, chegando a mais de 2,2 mil denúncias durante todo o período de atuação das FFAA.

Figura 2: Militares da Bda Inf Pqdt durante a Op São Francisco.



Fonte: Revista Digital 70 anos da Brigada de Infantaria Paraquedista, site da Biblioteca Digital do Exército (2016)³.

3 INTERVENÇÃO FEDERAL DE 2018

3.1 CONCEITO

Segundo Alexandre de Moraes (2005, apud GOMES JR., 2019), ex-ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), a Intervenção é uma medida extraordinária de supressão temporária da autonomia de qualquer ente federativo, previstas na Constituição Federal, que tem por objetivo a preservação da soberania do Estado federado e das autonomias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (BRASIL, 2018 apud GOMES JR, 2019), intervindo-o quando for decretada pelo Presidente da República. Está amparada no artigo 34 da CF/88:

Art. 34. A União não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal, exceto para:

I - Manter a integridade nacional;

3 Disponível em: [DSpace DECEX: 70 anos : Brigada de Infantaria Pára-queda,1945-2015 \(eb.mil.br\)](https://eb.mil.br/DSpace/DECEX/70%20anos%20Brigada%20de%20Infantaria%20Para-quedista,1945-2015)

II - Repelir invasão estrangeira ou de uma unidade da Federação em outra;

III - Pôr termo a grave comprometimento da ordem pública.

IV – Garantir o livre exercício de qualquer dos poderes nas unidades de federação

V – Reorganizar as funções da unidade da Federação que:

- a Suspender o pagamento da dívida fundada por mais de dois anos consecutivos, salvo motivo de força maior;
- b Deixar de entregar aos Municípios receitas tributárias fixadas nesta Constituição, dentro dos prazos estabelecidos em lei;

VI - Prover a execução de lei federal, ordem ou decisão judicial;

VII - Assegurar a observância dos seguintes princípios constitucionais:

- a Forma republicana, sistema representativo e regime democrático;
- b Direitos da pessoa humana;
- c Autonomia municipal
- d Prestação de contas da administração pública, direta e indireta; e
- e Aplicação do mínimo exigido da receita resultante de impostos estaduais, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde. (Redação dada pela Emenda Constitucional n° 29, de 2000).

3.2 CARACTERÍSTICAS

A Intervenção Federal foi instaurada, pela primeira vez na história do Brasil, no Estado Fluminense em 16 de fevereiro e perdurou-se até o dia 31 de dezembro de 2018, restringindo-se, apenas, a área da segurança pública no Estado. Conforme o Decreto número 9.288, de 16 fevereiro de 2018, que aborda sobre a Intervenção, define-se por:

“Art. 1º Fica decretada intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro até 31 de dezembro de 2018.

§ 1º A intervenção de que trata o caput se limita à área de segurança pública, conforme o disposto no Capítulo III do Título V da Constituição e no Título V da Constituição do Estado do Rio de Janeiro.

§ 2º O objetivo da intervenção é pôr termo a grave comprometimento da ordem pública no Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Fica nomeado para o cargo de Interventor o General de Exército Walter Souza Braga Netto. Parágrafo único. O cargo de Interventor é de natureza militar.

Art. 3º As atribuições do Interventor são aquelas previstas no art. 145 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro necessárias às ações de segurança pública, previstas no Título V da Constituição do Estado do Rio de Janeiro.

§ 1º O Interventor fica subordinado ao Presidente da República e não está sujeito às normas estaduais que conflitem com as medidas necessárias à execução da intervenção.

§ 2º O Interventor poderá requisitar, se necessário, os recursos financeiros, tecnológicos, estruturais e humanos do Estado do Rio de Janeiro afetos ao objeto e necessários à consecução do objetivo da intervenção.

§ 3º O Interventor poderá requisitar a quaisquer órgãos, civis e militares, da administração pública federal, os meios necessários para consecução do objetivo da intervenção.

§ 4º As atribuições previstas no art. 145 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro que não tiverem relação direta ou indireta com a segurança pública permanecerão sob a titularidade do Governador do Estado do Rio de Janeiro.

§ 5º O Interventor, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, exercerá o controle operacional de todos os órgãos estaduais de segurança pública previstos no art. 144 da Constituição e no Título V da Constituição do Estado do Rio de Janeiro.

Art. 4º Poderão ser requisitados, durante o período da intervenção, os bens, serviços e servidores afetos às áreas da Secretaria de Estado de Segurança do Estado do Rio de Janeiro, da Secretaria de Administração Penitenciária do Estado do Rio de Janeiro e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro, para emprego nas ações de segurança pública determinadas pelo Interventor.

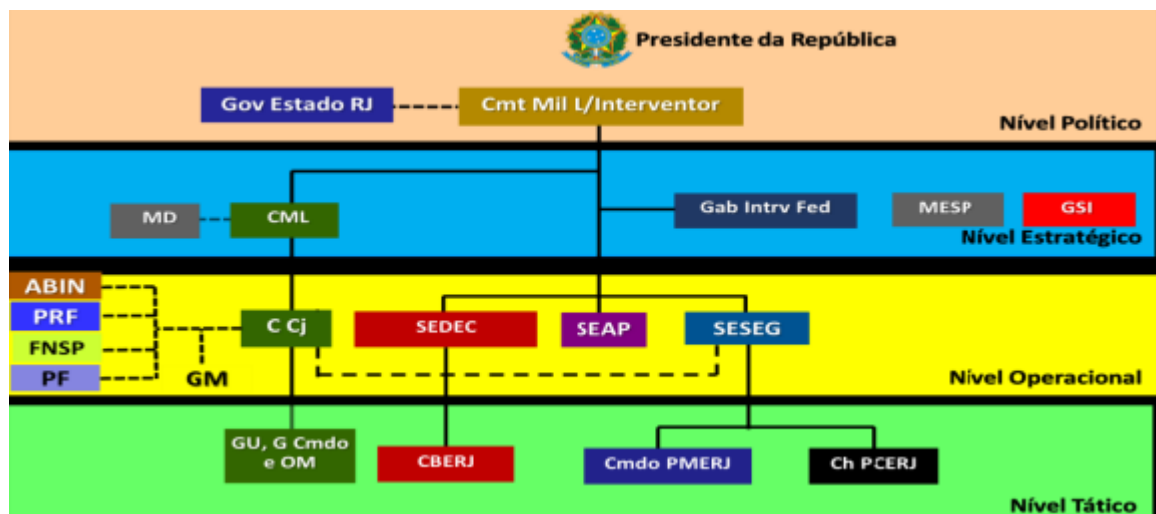
Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.”
(Decreto nº 9.288, 2018)

Dessa forma, o Decreto afirma que a segurança pública é, agora, responsabilidade do Governo Federal, nomeando como Interventor Federal o General de Exército o Walter Souza Braga Netto, na época comandante do Comando Militar do Leste. Além disso, o general interventor passa a ter também o privilégio de governador, dando satisfação diretamente ao Governo Federal. Consequentemente, o Estado passa a ter dois governantes: o então Governador Luiz Fernando Pezão, que mantém responsável pelas diversas atribuições e responsabilidades do Governo Estadual, sendo vetado a intervenção na área de segurança pública, sendo esse de caráter exclusivo ao Gen Braga Netto (CARPES et al., 2018 apud JUNIOR 2019).

Ao analisar o Decreto 9.288/18, o General afirmou: "Disso [do Decreto 9.288/2018] nós tiramos as duas missões impostas: recuperar a capacidade operativa dos órgãos de segurança pública e baixar os índices de criminalidade." (NETTO, 2018 apud SILVA, 2020). Essa afirmação esclareceu que a Intervenção Federal era rotulada como gestora e não militar. Dessa forma, para cumprir as missões que foram atribuídas ao Gen Braga Netto, duas importantes metas foram estabelecidas: as ações emergenciais e as estruturantes. As ações emergenciais caracterizam-se por "baixar os índices de criminalidade e a percepção de segurança"; ao passo que as ações estruturantes se baseiam em "recuperar a capacidade operativa, e [...] fortalecer as instituições de Estado, mais particularmente da Polícia Militar, da Polícia Civil e do Bombeiro" (NETO, 2018).

Para cumprir essas metas, a Intervenção Federal estruturou-se na seguinte forma:

Quadro 1: Organograma da Intervenção Federal.



Fonte: RAMOS et al., 2018

Conforme a figura acima referenciada, o Gen Braga Netto organizou, no Nível Estratégico, o Gabinete de Intervenção Federal, o qual tem como objetivo integrar, cooperar e recuperar os órgãos de segurança pública e reduzir os índices de criminalidade. Já no Nível Operacional, o Comando Conjunto, cuja principal missão é aumentar a sensação de segurança, por parte da população, atuando nas causas, que são os traficantes e as manchas criminais. E no Nível tático, as Grandes Unidades, os Grandes Comandos, e as Organizações Militares subordinadas ao CML (GABINETE DA INTERVENÇÃO FEDERAL, 2017). É nessa última que se destaca a Brigada de Infantaria Paraquedista no contexto da Intervenção Federal que,

por se caracterizar como Força de Emprego Estratégico, está totalmente inserida nesse cenário complexo e ambíguo, tanto fisicamente como operacionalmente, em que se encontrava o Estado Fluminense.

3.3 REQUISITOS PARA INSTAURAR A INTERVENÇÃO FEDERAL

Segundo o site do Observatório Militar da Praia Vermelha, a Intervenção é uma medida de coordenação da crise previsto na Constituição Federal de 1988 baseada nos princípios da necessidade e da temporariedade, atendendo, respectivamente, a situações taxativamente expressas e limitações específicas de tempo e local (ECEME, 2018 apud VALLE, 2019). Assim, a Intervenção Federal é um instrumento através do qual a União pode quebrar excepcional e temporariamente a autonomia dos demais entes da Federação (Estados, Distrito Federal e Municípios localizados em Território Federal) pelos motivos expressamente contidos nos Artigos 34 e 35 da Constituição Federal/19883 (BRASIL, 2018 apud GOMES JR, 2019).

Figura 3: Ex Presidente Michel Temer, Ex Governador do Estado do Rio de Janeiro Luíz Fernando Pezão e o Ex Presidente da Câmara dos Deputados Rodrigo Maia assinando o termo de instauração da Intervenção Federal.



Fonte: Observatório Militar da Praia Vermelha, 2020⁴.

4 Disponível em: [Observatório Militar da Praia Vermelha - A Intervenção Federal na Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro. \(eb.mil.br\)](http://observatorio.mil.br/observatorio-militar-da-praia-vermelha-a-intervencao-federal-na-seguranca-publica-do-estado-do-rio-de-janeiro)

Sendo assim, os requisitos que a Constituição Federal possibilita à intervenção da União nos Estados e no Distrito Federal está alicerçada segundo as seguintes situações: manter a integridade nacional; repelir invasão estrangeira ou de uma unidade da Federação em outra; garantir o livre exercício de qualquer dos Poderes da unidade da Federação; reorganizar as finanças dos entes federados; assegurar a observância dos princípios fundamentais proclamados na Constituição Federal e pôr termo a grave comprometimento da Ordem Pública. (BRASIL, 1988). Destarte, esse último requisito se enquadra no contexto do assunto deste presente trabalho.

A União intervirá quando houver grave comprometimento da Ordem Pública. Segundo o Jurista Miguel Seabra, define-se ordem pública como

[...] na terminologia jurídica a expressão ordem pública assume duas significações; ora aparece como designativa de parâmetros basilares de comportamento social (no mais amplo sentido, isto é, com relação aos costumes morais, à estrutura e vida de família, à economia geral etc.), ora diz com o clima de equilíbrio e paz indispensável à convivência coletiva do dia a dia (CRETELLA, 1998, apud FILOCRE, 2012).

Dessa forma, o Estado Fluminense encontrava-se em um grave comprometimento da Ordem Pública, causada, principalmente, pelo aumento exponencial da criminalidade que assolava todo o Estado, resultando em um ambiente inseguro e uma postura de vulnerabilidade da população carioca.

Outrossim, a Intervenção Federal é um exemplo de Operações de Garantia da Lei e da Ordem e ambas são enquadradas nas Operações de Coordenação e Cooperação de Agências (OCCA). Dessa forma, os requisitos para a instauração da Intervenção assemelham-se com a da GLO, sendo que esta é amparada na Constituição Federal (1988) mais especificamente no artigo 142 que no final aborda sobre a missão das FFAA “...destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem. (BRASIL, 1988)”. Aplica-se quando há um esgotamento dos órgãos destinados à preservação de segurança pública, tais como Polícia Federal, Polícia Militar, Polícia Rodoviária Federal, corpo de bombeiros, Polícia Civil (BRASIL, 1998, Art 144) ou em graves situações de perturbação da Ordem. A Lei Complementar nº 97 de 1999 define o esgotamento dos instrumentos relacionados no art. 144 da CF/88:

Consideram-se esgotados os instrumentos relacionados no art. 144 da Constituição Federal quando, em determinado momento, forem eles formalmente reconhecidos pelo respectivo Chefe do Poder Executivo Federal ou Estadual como indisponíveis, inexistentes ou insuficientes ao desempenho regular de sua missão constitucional. (BRASIL, 1999).

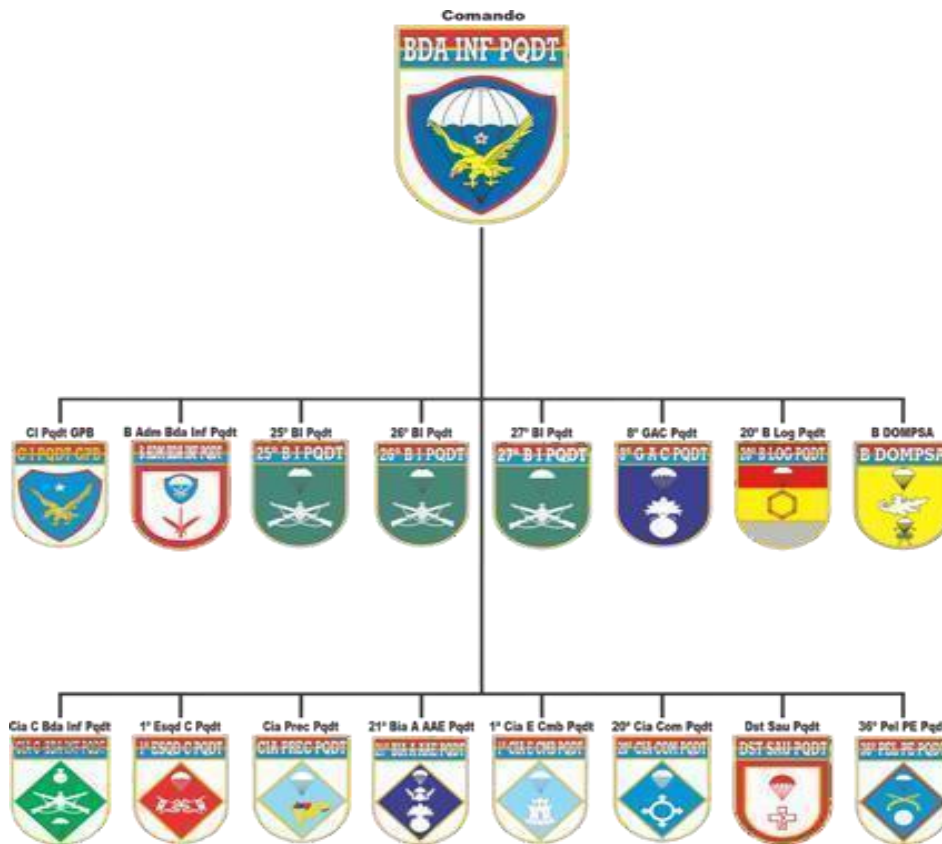
Quando o Chefe do Poder Executivo Federal ou Estadual reconhecer como indisponíveis os instrumentos destinados à preservação da segurança pública, ou seja, está com dificuldades de ser empregado (BRASIL, 2018 apud GOMES JUNIOR, 2019), ele solicitará o emprego das Forças Armadas ao Presidente da República, que por sua vez enviará uma mensagem ao Ministro de Estado da Defesa a fim de acionar os órgãos operacionais. Somente dessa forma o Presidente da República poderá decidir sobre o emprego ou não das FFAA.

4 A BRIGADA DE INFANTARIA PARAQUEDISTA

4.1 SUBORDINAÇÃO

A Brigada de Infantaria Paraquedista é subordinada, diretamente, ao Comando de Operações Terrestres (COTER), sediada em Brasília, e ao CML, fixada no próprio Estado Fluminense, o qual repassam todas as diretrizes e ordens que lhe são responsáveis além daquelas provenientes do Comandante do Exército à Brigada Paraquedista. Dessa forma, seguindo a cadeia de comando, a Bda Inf Pqdt é composta pelas seguintes Organizações Militares orgânicas, conforme o organograma a seguir:

Quadro 2: Organograma da Bda Inf Pqdt.



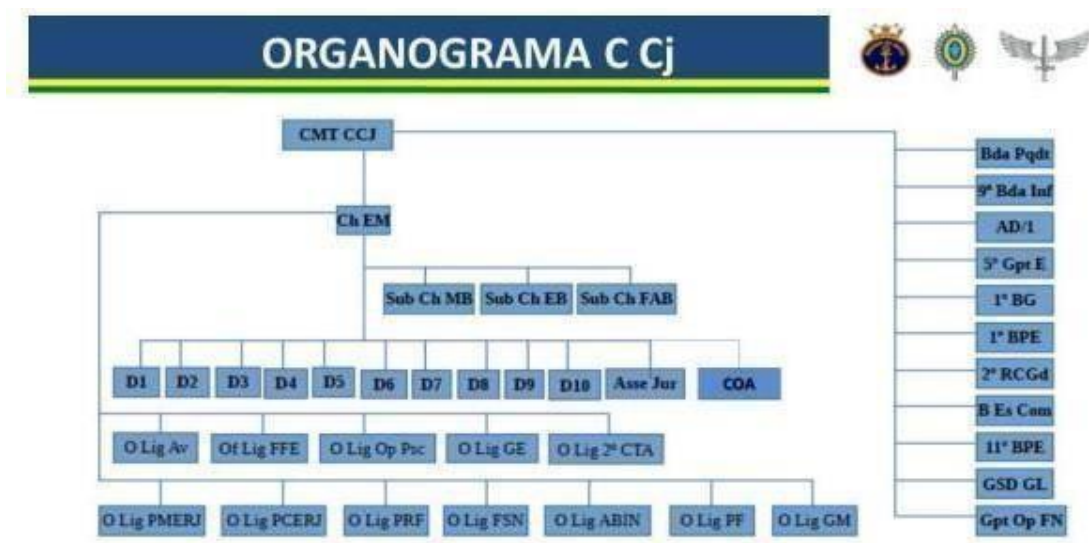
Fonte: Site da Brigada de Infantaria Paraquedista, Organograma, 2022⁵.

A Brigada de Infantaria Paraquedista é composta por 16 Unidades, dentre elas são: o Centro de Instrução Paraquedista General Penha Brasil; a Base Administrativa; os três Batalhões de Infantaria 25º Batalhão de Infantaria Paraquedista, o 26º Batalhão de Infantaria Paraquedista e o 27º Batalhão de Infantaria Paraquedista; o 8º Grupo de Artilharia de Campanha Paraquedista; 20º Batalhão Logístico Paraquedista; Batalhão de Dobragem, Manutenção de Paraquedas e Suprimento pelo Ar; Companhia de Comando; 1º Esquadrão Paraquedista; Companhia de Precursores Paraquedistas; 21ª Bateria de Artilharia Antiaérea Paraquedista; 1ª Companhia de Engenharia de Combate Paraquedista; 20ª Companhia de Comunicações Paraquedista; Destacamento de Saúde Paraquedista e, por fim, 36º Pelotão de Polícia do Exército Paraquedista.

5 Disponível em: [Brigada de Infantaria Paraquedista - Organograma \(eb.mil.br\)](http://Brigada de Infantaria Paraquedista - Organograma (eb.mil.br))

Além dessa subordinação já prevista em situações não extraordinárias, no contexto da Intervenção Federal, o C Cj foi criado para realizar ações administrativas e operações integradas com as FFAA e as forças auxiliares no âmbito da segurança pública do Estado. Sendo assim, a Bda Pqdt está subordinada diretamente ao comando do C Cj, conforme o organograma a seguir:

Quadro 3: Organograma do Comando Conjunto.



Fonte: VALLE, 2019.

4.2 CARACTERÍSTICAS

Conhecida como “A sentinela da Pátria” ou “Ninho das Águias”, a tropa de Infantaria Paraquedista possui características inerentes que os diferenciam das demais tropas em virtude do seu grau de emprego e da atividade que exerce. É reconhecida pela sua rapidez, eficácia e poder relativo de combate ao defender o território nacional, destruindo qualquer força inimiga, garantir a Lei e a Ordem, como no presente trabalho em questão, e participar de operações no amplo espectro dos conflitos, como foi na Missão de Paz no Haiti (BRASIL, 2019 apud GOMES JÚNIOR, 2019).

A missão da Bda Inf Pqdt é desdobrar até 3 Forças Tarefas do Batalhão em qualquer parte do território brasileiro e, até internacional, com o prazo de 24 horas após o seu

acionamento. Destarte, é caracterizada, principalmente, pela sua elevada mobilidade estratégica em virtude do meio de transporte de asa fixa e emprego do uso de paraquedas, (EB70-MC-10.217, 2017). É devido a esse elevado grau de adestramento e preparo que essa tropa é considerada uma Força de Emprego Estratégico Nacional.

Além disso, vale ressaltar os valores inculcados nessa tropa que os fazem diferentes das demais. Dentre eles, podem-se destacar a resistência física, necessária para cumprir a missão que lhes é imposta; determinação no cumprimento da missão, que, independentemente das circunstâncias que lhes são exigidas, a missão será cumprida; coragem, para lançar no desconhecido sob quaisquer condições em que não é esperado tampouco aguardado; e, por fim, agressividade no combate, atingindo o inimigo de forma eficaz ao utilizar o princípio da surpresa.

Figura 4: Formatura dos Batalhões de Infantaria da Brigada Paraquedista.



Fonte: Site da Brigada de Infantaria Paraquedista⁶.

4.3 PLANO DE ADESTRAMENTO

De acordo com o Plano de adestramento básico das Unidades de Infantaria Paraquedista, o PPA-inf/3, 2ª edição 2004, o plano de adestramento é o período cujo objetivo é adestrar a tropa visando o cumprimento de missões a ela destinada para a defesa externa ou garantia da Lei e da Ordem. Esse período é dividido em duas etapas: a primeira é a fase de adestramento básico que visa capacitar pequenos grupos, como pelotões, companhias e

6 Disponível em: [Brigada de Infantaria Para-quedista - Missão, Visão e Valores \(eb.mil.br\)](http://brigada.de.infantaria.para-quedista-missao-visao-e-valores.eb.mil.br)

unidades para o emprego em operações de combate; já a segunda fase é o período de adestramento avançado no qual tem como objetivo capacitar grandes unidades e comandos de área ao emprego de operações de combate.

Segundo o manual EB70-MC-10.217, o quadro de adestramento do Batalhão de Infantaria Paraquedista (BI Pqdt) enquadra-se em operações ofensivas, defensivas, complementares e especiais. Nas operações ofensivas, é realizado marcha para o combate, ataque coordenado, assalto aeroterrestre, que é a penetração dos paraquedistas e seus equipamentos na localização determinada para o cumprimento da missão, e a infiltração tática. Nas defensivas são divididas em dois tipos: a defesa de área, que consiste basicamente em uma manobra defensiva caracterizando a linha de cabeça de ponte aérea (L C Pnt AE) o qual delimita o terreno a ser defendido e a realização de contra-ataque; o outro tipo é o movimento retrógrado, que pode ser realizado com ou sem pressão. As operações complementares enquadram-se nas operações de vigilância que permite o monitoramento da área de operações; a junção que é a troca de uma força aeroterrestre com a outra, prestando apoio suplementar ou específico; e a substituição em posição, normalmente com a tropa que realizou a junção. Outrossim, também realizam as operações especiais que visam uma melhor e maior especificidade nas operações. São elas os ataques noturnos e os ataques e defesas em localidades, restringindo-se apenas ao nível do pelotão de fuzileiros (EB70-MC-10.217, 2017).

Para uma melhor exemplificação, segue em anexo um modelo de plano de adestramento básico do BIPqdt, retirado do PPA- Inf/3 da Doutrina Militar Terrestre:

Quadro 4: Plano de adestramento básico nível Pelotão de Fuzileiros.

PELOTÃO DE FUZILEIROS PÁRA-QUEDISTA		OA	INF/321.01
OBJETIVO DE ADESTRAMENTO	MISSÃO DE COMBATE	REALIZAR UM ASSALTO AEROTERRESTRE DIURNO	
	CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO	PADRÃO MÍNIMO	
	<p>1. QUADRO TÁTICO</p> <p>a. Missão</p> <p>1) A missão do Pel Fuz deverá estar no quadro de uma Cia Fuz no Ass Aet.</p> <p>2) O Pel Fuz é parte do Esc Ass.</p> <p>3) O Pel Fuz fará parte do Esc Atq na fase ofensiva e ocupará a A Def Avcd na fase defensiva.</p> <p>b. Forças Inimigas</p> <p>1) O Ini realiza operações de SEGAR na região onde será empregada a tropa Pqdt.</p> <p>2) Poderá atuar, inicialmente, na ZL e nos objetivos, com Elm de pequeno valor.</p> <p>3) O objetivo do Pel Fuz encontra-se fracamente defendido. Ocupam-no Elm de valor GC, no máximo, (se for o caso).</p> <p>c. Forças Amigas</p> <p>1) A Bda Inf Pqdt realizará um Ass Aet a fim de conquistar (apossar) e manter R na C Pnt Ae da Bda Inf Pqdt.</p> <p>2) A Cia Fuz Pqdt, enquadrante, realizará o Ass Aet e fará parte do Esc Atq, na fase ofensiva, e na defensiva estará ocupando a A Def Avcd do BI Pqdt.</p> <p>3) A Seg da ZL estará a cargo do Esc Sp.</p> <p>2. DESENVOLVIMENTO DO EXERCÍCIO</p> <p>a. A Op terá início com o Cmt Pel Fuz recebendo a O Op da Cia, na Área de Aprestamento.</p> <p>b. A Op terminará com o Cmt Pel Fuz informando ao Bti que repeliu um ataque Ini à sua Pos Def.</p> <p>c. Executar a seguinte seqüência de ações:</p> <p>1) Planejar a operação;</p> <p>2) Executar o aprestamento.</p>	<p>SÍNTESE DO DESEMPENHO COLETIVO</p> <ul style="list-style-type: none"> - O Pel Fuz deverá desenvolver, adequadamente, as ações que caracterizam o cumprimento da missão de combate: - Realizar o aprestamento, com correção e nos prazos estabelecidos; - Reorganizar-se com presteza e correção; - Executar corretamente as medidas de ocupação e segurança do L Rec/Pel e da Z Reu/Cia; - No ataque ao Obj: - Empregar técnicas corretas de progressão; - Utilizar o Ap F disponível, com presteza e oportunidade; - Não se deixar deter durante a progressão; - Conquistar (apossar) o Obj imposto, com rapidez e o mínimo de baixas; - Na manutenção do Obj: - Deter o Ini pelo fogo; - Repelir o Ini pelo Cmb Apr; - Aplicar, corretamente, os princípios da defensiva aplicáveis ao escalão. - Utilização adequada do terreno; - Segurança; - Apoio mútuo; - Defesa em todas as direções; - Flexibilidade; - Dispersão; - Utilização judiciosa do tempo disponível, e - Intg dos planos de fogos, barreiras e AC. 	
		<p>INSTRUÇÃO PRELIMINAR</p> <p>1. PREPARAÇÃO DO CMT PELFUZ</p> <p>a. Revisão doutrinária</p> <p>1) Recapitular:</p> <ul style="list-style-type: none"> - IPZ-30; Prf 15-1 a 15-15; - C 7-10; Prf 3-25 a 3-50; 4-1 a 4-26; 5-22 a 5-44; - CI 7-10(1); Pag 36 a 50; - CI 7-10(2); Pag 56 a 62; - C 57-1; Prf 3-15 a 3-16; 5-4 a 5-6; 5-12 a 5-15; - C 57-20; Prf 24 a 42; - C 57-30; Prf 68 a 81; - C 57-270; Prf 103 a 109; - NGA Op/Bda Pqdt; 1ª Parte. <p>2) Estudar:</p> <ul style="list-style-type: none"> - C 7-20; Prf 11-1 a 11-19; - C 7-10; Prf 6-14 a 6-36; - CI 7-10(1); Pag 51 a 64; - NGA Op/Bda Pqdt; 2ª Parte. <p>b. Estudo de Caso Esquemático</p> <ul style="list-style-type: none"> - Explorar os seguintes aspectos: - Estudo da Situação Cmt Pel e a tomada de decisão; - Elaboração de ordens; - Reorganização após o salto; - Ocupação e segurança de uma Z Reu; - Progressão em Cmb; - Instalação em um Niu Def; - Elaboração de um roteiro do Pel e de plano de fogos. <p>c. Ambientação</p> <ul style="list-style-type: none"> - Estudo do tema tático a ser aplicado no terreno. <p>2. PREPARAÇÃO DO CMT GC</p> <p>a. Revisão doutrinária</p> <p>1) Recapitular:</p> <ul style="list-style-type: none"> - C 7-10; Prf 6-14 a 6-33; - CI 7-10(1); Pag 51 a 64; - C 57-20; Prf 24 a 43. 	

135.00

Fonte: Adestramento básico nas Unidades de Infantaria Paraquedista, 2004⁷.

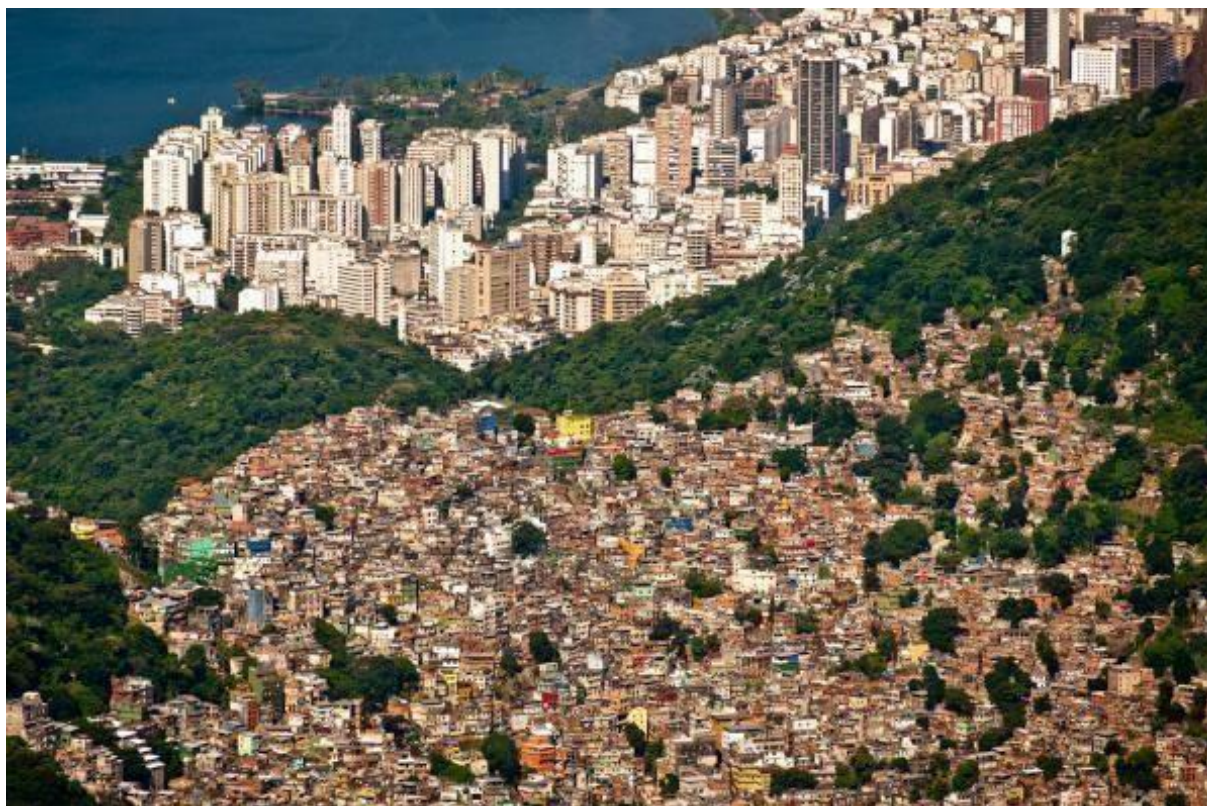
Pode-se verificar nesse modelo de adestramento as condições de execução bem como o padrão mínimo a ser atingido, destrinchando como será cada fase da atividade. Vale ressaltar que a preparação do comandante de Pelotão é amparada e executada conforme os manuais e estudos de caso relacionadas ao tipo de adestramento em questão. Conforme prescreve nas instruções preliminares.

Ademais, levando em consideração o local em que a Bda Inf Pqdt está inserida, é realizado, principalmente, as operações básicas de não guerra, as chamadas OCCA, que especializa a tropa a atuar em ambientes urbanos. Por ser um ambiente volátil e com uma

7 PPA - INF/3 ADESTRAMENTO BÁSICO NAS UNIDADES DE INFANTARIA PÁRA-QUEDISTA (BI PQDT), 2ª Edição. Disponível em: [BI Para-quedista-\(eb.mil.br\)](http://bi-para-quedista-(eb.mil.br))

combinação da população com as áreas edificadas, o que resulta em uma topografia complexa (NETO, 2015), atuar em áreas edificadas é uma das dificuldades enfrentadas pela tropa por basear-se em ações repentinas, que não tem como prever, necessitando demasiadamente da conduta da tropa para a tomada de decisões.

Figura 5: Macrocefalia Urbana no Rio de Janeiro.



Fonte: GUITARRA, Site Brasil Escola, 2022⁸.

Para atuar nesse ambiente, a tropa utiliza armamento de calibre 5,56 mm haja vista que possui uma boa precisão por ser adequado para esse tipo de ambiente operacional (AMAZONAS, 2018 apud REIS, 2020). Outrossim, para elevar o nível de adestramento da tropa, é realizado exercícios em ambientes que retratam como seriam em uma situação real, dentro do quadro de normalidade, praticando atividades como: Operações de Inteligência, Operações de Controle de Distúrbios, Defesa de Pontos Sensíveis, Operações de Busca e Apreensão, PBCE/PBCVU, Desobstrução de Vias de Circulação e de Instalações Públicas,

8 Disponível em: [Macrocefalia urbana: o que é, causas, consequências - Brasil Escola \(uol.com.br\)](https://www.uol.com.br/brasil-escola/2022/08/01/macrocefalia-urbana-o-que-e-causas-consequencias/)

Policciamento Ostensivo, Apoio às atividades de antiterror e Apoio às atividades de DQBRN letal (BRASIL, 2018c, IV-6 apud GOMES JÚNIOR, 2019).

Como exemplo prático do adestramento da Bda Inf Pqdt, foi o adestramento conduzido pelo Centro de Avaliação de Adestramento do Exército (CAAdEx), realizado pelo 25º e 26º BI Pqdt entre os dias 28 de agosto e 1º de setembro de 2017 no Centro de Instrução do Gericinó (CIG). O exercício contou com a presença de 300 militares os quais realizaram o cerco de uma localidade e uma ação de controle de distúrbios (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2017).

Figura 6: Pista de Combate a Localidade no CIG.



Fonte: CAAdEx, site do Exército Brasileiro, 2017⁹

9 Disponível em: [Brigada de Infantaria Paraquedista adestra cerca de 300 militares com ações de GLO. - Noticiário do Exército \(eb.mil.br\)](https://www.eb.mil.br/noticia/brasil/2017/09/01/brigada-de-infantaria-paraquedista-adestra-cerca-de-300-militares-com-acoes-de-glo.-noticiario-do-exercito)

5 REGRAS DE ENGAJAMENTO

5.1 CONCEITO

As regras de engajamento têm como característica possibilitar um amparo jurídico às ações provenientes das missões desencadeadas pelas frações. Segundo o atual ordenamento jurídico das operações do tipo polícia, como GLO, tem como base o uso mínimo da força como principal característica dessas operações. Para sintetizar esse conceito, o manual de fundamentos que aborda acerca das operações, EB20-MF-10.103, 2014, conceitua regras de engajamento como:

Caracteriza-se por uma série de instruções pré-definidas que orientam o emprego das unidades que se encontram na área de operações, consentindo ou limitando determinados tipos de comportamento, em particular o uso da força, a fim de permitir atingir os objetivos políticos e militares estabelecidos pelas autoridades responsáveis. Dizem respeito à preparação e à forma de condução tática dos combates e engajamentos, descrevendo ações individuais e coletivas, incluindo as ações defensivas e de pronta resposta. (EB20-MF-10.103, 2014).

“Devido à grande visibilidade das ações desencadeadas e a possibilidade de danos colaterais indesejáveis, são necessários treinamentos e simulações de diversas situações que exijam a tomada de decisão e ações imediatas sob forte efeito de estresse.” (VARJÃO, 2017 apud TEIXEIRA, 2020). Dessa forma, qualquer ação dos integrantes de pequenas frações deve seguir, estritamente, as orientações e normas de conduta do comando bem como as regras de engajamento a fim de reduzir os danos colaterais à população em razão de ações errôneas dessa tropa.

5.2 REGRAS DE ENGAJAMENTO UTILIZADAS NA INTERVENÇÃO FEDERAL

Como já é sabido, previamente retratado neste presente trabalho, a Intervenção Federal enquadra-se em um tipo de OCCA, sendo realizadas por meio de operações de GLO. Estas

operações, segundo a portaria do Ministério da Defesa, MD33-M-10, 2014, de Garantia da Lei e da Ordem, define-se como

Uma operação militar determinada pelo Presidente da República e conduzida pelas Forças Armadas de forma episódica, em área previamente estabelecida e por tempo limitado, que tem por objetivo a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio em situações de esgotamento dos instrumentos para isso previstos no art. 144 da Constituição ou em outras em que se presume ser possível a perturbação da ordem (Artigos 3º, 4º e 5º do Decreto Nº 3.897, de 24 de agosto de 2001).

As regras de engajamento seguem os três princípios básicos das operações de GLO. O primeiro é o princípio da razoabilidade no qual há uma compatibilidade dos meios com os fins de modo que as ações sejam comedidas e moderadas. O outro é o da proporcionalidade que consiste em uma correspondência entre uma ação e a reação do oponente, buscando evitar ao máximo os excessos. Por fim, o princípio da legalidade no qual todas as ações devem estar prescritas em Lei para que não haja penas disciplinares, civis ou criminais. Dessa forma, as próprias leis que regulam as operações de GLO buscam assegurar os direitos da população civil além de limitar o uso da força dos agentes federais (RODRIGUES e ARMSTRONG, 2019 apud TEIXEIRA, 2020).

Nesse ínterim, as regras de engajamento utilizadas na Intervenção Federal baseavam-se no uso da munição letal somente quando todas as alternativas do faseamento das ações fossem esgotadas, que são elas: negociar com o infrator, fazer um alerta verbal, utilizar armas de baixa letalidade como jatos d'água, realizar disparos com munições de borracha e, como último recurso, fazer uso de choques elétricos incapacitantes. Além disso, o armamento deveria estar travado e descarregado, fato esse que somente poderia ser carregado em caso de legítima defesa ou ordem do comandante da fração (KAWAGUTI, 2018 apud TEIXEIRA, 2020). Nesse caso, deve-se adotar as seguintes orientações e procedimentos preconizados, tais como: realizar um disparo de advertência próximo a ameaça; atirar somente quando a ameaça for identificada; evitar atingir terceiros; disparar somente o necessário e evitar tiros de rajada, somente em situações específicas e em áreas controladas e não habitadas.

6. A BRIGADA DE INFANTARIA PARAQUEDISTA NA INTERVENÇÃO FEDERAL

6.1 IMPACTOS DA INSTAURAÇÃO DA INTERVENÇÃO FEDERAL QUANTO AO GRAU DE ADESTRAMENTO E PREPARO DA TROPA

Conforme previamente abordado, o plano de adestramento da Bda Inf Pqdt realiza tanto as atividades de guerra, ofensivas e defensivas, como não guerra, como GLO e combate em ambientes urbanos, o qual é bastante empregada. Com a instauração da Intervenção Federal, essa tropa aperfeiçoou seu adestramento dando ênfase em operações contra Forças Irregulares com exercícios de adestramento da tropa em operações de Interdição de apoio externo, do tipo polícia, controle de distúrbios e realização de PBCVU e PSE (DEFESANET, 2015). Tais operações foram amplamente empregadas no contexto da Intervenção, porém já compunham a grade de treinamento da Bda Inf Pqdt. Além disso, a própria atividade aeroterrestre, que exige uma dedicação extrema e uma extenuante jornada de trabalho para a formação de novos paraquedistas, compõe o plano de adestramento dessa tropa. Conforme apresentado, na figura a seguir, o planejamento anual das atividades da Bda Inf Pqdt em 2018.

Quadro 5: Planejamento anual da Bda Inf Pqdt no ano de 2018.



Fonte: Diretriz de Instrução Militar da Bda Inf Pqdt 2018.

Nele não consta nenhuma atividade voltada para o adestramento em segurança pública, somente atividades para atingir o nível de adestramento anual dessa tropa.

Entretanto, com a instauração da Intervenção Federal, esse plano de adestramento foi completamente comprometido em virtude da grande demanda de operações voltadas para a Intervenção. Na medida que as missões eram recebidas inesperadamente pelas OM da Brigada Paraquedista, maiores eram as dificuldades de planejamento das atividades de adestramento da tropa. Dentre essas dificuldades, pode-se exemplificar a utilização dos campos de instrução da região, como o CIG. É realizado agendamentos prévios das OM's tendo em vista o grande número de Unidades que concorrem para a utilização desse campo de instrução, porém durante a Intervenção diversas vezes as OM's da Bda Pqdt foram obrigadas a cancelar suas atividades em detrimento das missões inopinadas surgidas do C Cj.

Somado a isso, o efetivo empregado na Intervenção foi muito além do que o previsto, já que era necessário tanto os militares operando nas ruas como aqueles para a condução da vida vegetativa da OM e nas instruções de nivelamento básico dos recrutas. O elevado grau de exigência física, psicológica e emocional impostas aos militares empregados na Intervenção, com longas jornadas de trabalho em ritmo de operações continuadas e com poucas horas de descanso, concorridas com as atividades rotineiras de qualquer Batalhão, como manutenção das instalações e escalas de serviço internas e externas, fez-se necessário a criação de um sistema de rodizio entre os militares que estavam no descanso, os que estavam na OM e os que estavam operando nas ruas do Estado Fluminense (VALLE, 2019). Dessa forma, grande parte dos oficiais e praças das OM paraquedistas estavam envolvidos com as missões da Intervenção, diminuindo, assim, o tempo e o efetivo destinado para o adestramento além da atividade básica de OM paraquedista que é a formação de novos militares paraquedistas.

Outrossim, no que diz respeito ao grau de emprego dessa tropa, a Intervenção Federal provocou uma mudança no modo de operar da Brigada Paraquedista em três formas: realização de ações pontuais baseadas no levantamento de dados da Inteligência; elevado grau de complexidade situacional do teatro de operações da Intervenção (REIS, 2020) e a elevação do espírito de cumprimento de missão. Tais fatores impactaram diretamente a forma de operar da Tropa Paraquedista durante a Intervenção Federal.

Como a Intervenção abrangeu não somente uma comunidade específica mas realmente o Estado do Rio de Janeiro como um todo, as ações passaram a ser pontuais a fim de mitigar o elevado índice de criminalidade e, conseqüentemente, a crise de segurança pública que assolava o Estado, conforme as palavras de Dória na publicação de seu artigo

No tocante a Intervenção Federal na área de Segurança Pública no Estado do Rio de Janeiro, a diferença com outras operações de GLO executadas pelas FFAA foi a grande área em que se podia atuar, ou seja, todo o Estado, e as operações executadas eram pontuais e muito bem definidas, diferentemente de outras, onde a tropa ocupava e permanecia grande quantidade de tempo em uma comunidade específica. (DÓRIA, 2018, p. 43 apud REIS, 2020, p. 22)

Para o sucesso dessas ações pontuais, a Inteligência foi de fundamental importância já que destacava os pontos de risco, levantava os locais críticos e facilitava a identificação dos Agentes Perturbadores da Ordem Pública (APOP). Além disso, houve a integração dos setores da Inteligência com todas as agências que estavam envolvidas direta e indiretamente na Intervenção, como a Secretaria do Estado e os OSP. Foram realizados patrulhamentos ostensivos nas rodovias, presídios e portos que tiveram como finalidade o emprego da dissuasão e aumentar a presença da tropa em suas áreas de atuação (REIS, 2020).

O elevado grau de complexidade situacional baseia-se na dificuldade encontrada em identificar as ameaças, dentre elas as concretas e as potenciais, a dificuldade de caracterizar os integrantes das Organizações Criminosas e os APOP no meio da população (JONAS, 2019, apud REIS, 2020). A fim de facilitar a identificação das ameaças, o Ministério da Defesa implementou o Planejamento Baseado em Capacidades que consiste em analisar o contexto do cenário e identificar tanto as ameaças concretas quanto as potenciais (JONAS, 2019, p. 53, apud REIS, 2020), ou seja, possibilita a integração entre os Órgãos de Defesa e os Órgãos de Segurança Pública para reduzir as possíveis falhas da força oponente que futuramente comprometerá a imagem do Exército Brasileiro. Essa integração ocorreu entre a Secretaria de Segurança Pública, a Secretaria de Defesa Civil e a Secretaria de Administração Penitenciária a fim de evitar e diminuir a possibilidade de “brechas” que pudessem ser exploradas por ORCRIM durante a Intervenção.

É por essa ocasião que a Figura 4 deste presente trabalho apresenta arquitetura de Comando, Controle e Relações Institucionais da Intervenção, dividindo-se em dois eixos: o da Defesa, cuja responsabilidade é do Comando Conjunto, e o da Segurança Pública. Todavia,

todas as agências participantes e os Órgãos de Segurança Pública (OSP) permaneceram integrados e sob a coordenação e controle do C Cj durante todo o período da Intervenção (JONAS, 2019, apud REIS, 2020).

Por fim, com o advento da Intervenção, o grau de espírito de cumprimento de missão cresceu mais ainda uma vez que as missões tornavam-se cada vez mais reais e necessitava de um maior comprometimento e profissionalismo por parte da tropa empregada. Dessa forma, o modo com que a Bda Inf Pqdt encarou essas operações da Intervenção Federal colocaram em prática não somente o adestramento que era previamente realizado, mas, principalmente, o grau de profissionalismo, maturidade e espírito de cumprimento de missão que ficou muito mais arraigado, permanecendo até os dias atuais.

7. REFERENCIAL METODOLÓGICO

7.1. TIPO DE PESQUISA

A metodologia empregada para o desenvolvimento deste trabalho é definida como um estudo de pesquisa exploratória e quantitativa. Exploratória pois proporciona uma familiaridade com a situação problema envolvendo levantamentos bibliográficos e entrevistas com pessoas que tiveram experiências no referido assunto (GIL, 2007 apud MÉTODOS DE PESQUISA, 2009). Também é quantitativa por quantificar opiniões e reunir dados coletados a partir de questionários realizados em militares que tiveram experiência no assunto em questão. (MATHIAS, 2022).

7.2 MÉTODOS

A pesquisa foi realizada de forma indutiva que consiste em analisar uma premissa para gerar uma teoria até que se chegue a uma conclusão (MENEZES, 2022). Dessa forma, partindo-se do fato marcante que ocorreu em 2018 no Estado do Rio de Janeiro, a Intervenção Federal

não somente diminuiu os índices de criminalidade no Estado Fluminense como também impactou na forma de agir e ser adestrada a tropa que atuou nessa ocasião.

Por meio dessa assertiva que o trabalho foi iniciado e, a fim de conhecer todo o processo que envolveu a instauração da Intervenção Federal e de que forma que ela impactou a tropa de Infantaria Paraquedista, foram abordados os seus antecedentes, o conceito de Intervenção Federal bem como suas características e requisitos para o seu decreto. Ao abordar e compreender todos esses conceitos, foi discutido sobre a Brigada de Infantaria Paraquedista, versando sobre sua subordinação, características e plano de adestramento anual. Com o intuito de apresentar legalidade jurídica às ações realizadas durante esse fato, foi tratado acerca das Regras de Engajamento empregadas nessa situação. Após ser tratado todo esses pré-requisitos para um bom entendimento da situação problema em questão, por último foi abordado os impactos que a Intervenção trouxe para o adestramento e preparo da tropa de Infantaria Paraquedista.

A análise de inúmeros artigos e Trabalhos de Conclusão de Curso da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), retirados da Biblioteca do Exército, serviram de base para a construção deste presente trabalho além do questionário realizado pelos militares que estiveram presente na Intervenção Federal de 2018.

Para a confecção deste trabalho foi adotado o seguinte faseamento:

Tabela 2: Etapas da Pesquisa

Atividades	2021							2022			
	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.
Elaboração do projeto	x	x									
Pesquisa bibliográfica	x	x	x	x	x						
Coleta de dados				x	x	x					
Análise dos dados e discussão dos resultados					x	x	x	x			
Elaboração do relatório final (monografia)							x	x	x	x	
Revisão e impressão											x

Fonte: Elaborado pelo autor, 2022

7.3 INSTRUMENTOS DE PESQUISA

A fim de proporcionar uma maior legitimidade ao assunto deste presente trabalho, foi realizado um formulário com perguntas relacionadas aos impactos que a Intervenção Federal trouxe para a tropa de Infantaria Paraquedista a qual possibilitou coletar informações de Oficiais e Praças que atuaram na Intervenção, apresentando os aspectos positivos e negativos além de revelar as mudanças quanto ao grau de adestramento e preparo da tropa de Infantaria Paraquedista na situação em questão. Esse método virtual foi empregado em virtude da distância geográfica do público-alvo e para facilitar a obtenção e a análise dos dados.

Para isso, foi utilizada a plataforma *Google Forms* no qual 30 militares, que atuaram na Intervenção, responderam cinco perguntas atinentes a esse fato. Dentre essas questões, três itens eram subjetivos, no qual os militares redigiram pequenos textos, e dois objetivos, que geraram gráficos de acordo com as respostas apresentadas.

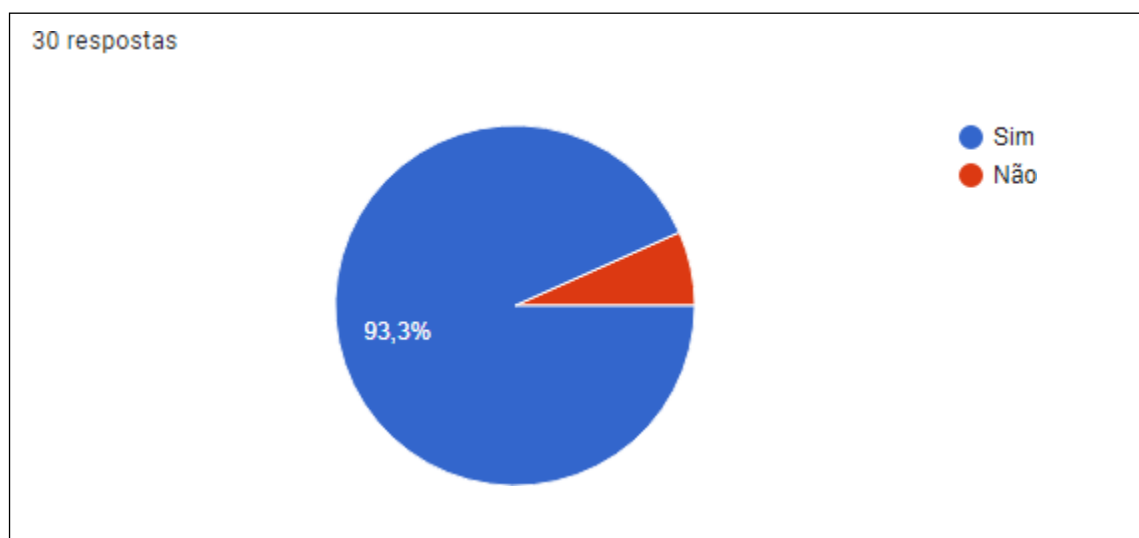
7.4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os dados obtidos foram analisados, estudados e serviram de apoio para a construção do presente trabalho. Em virtude disso, foram gerados dois gráficos, referentes às perguntas objetivas, além das opiniões dos entrevistados em forma de texto. O formulário foi respondido por 30 militares que atuaram na Intervenção Federal enquanto serviram na Brigada de Infantaria Paraquedista. Como esses militares tinham pleno conhecimento do assunto, as perguntas iniciaram de forma direta sobre a situação problema em questão.

Conforme apresentado no tópico anterior, o formulário confeccionado apresentou as seguintes perguntas e, para fins de objetividade do trabalho, foram apresentadas apenas três respostas subjetivas:

1 No seu ponto de vista, a Bda Inf Pqdt obteve uma melhora quanto ao grau de adestramento e preparo da tropa?

Gráfico 1- Melhora do grau de adestramento da tropa



Fonte: Elaborado pelo autor, 2022

A partir desse primeiro gráfico, infere-se que quase a totalidade dos entrevistados (93,3%) concordaram que houve a melhora quanto ao grau de adestramento e preparo da tropa de Infantaria Paraquedista e apenas um entrevistado (6,7%) discordou dessa assertiva.

Em seguida, a fim de analisar as opiniões dos entrevistados, foi perguntado quais foram as melhoras que a Intervenção Federal provocou no grau de adestramento e preparo dessa tropa. Para fins de objetividade das respostas, apenas três foram expostas.

2 Quais?

- Apesar da tropa paraquedista já ser muito bem comprometida e cumprir com excelência suas missões, após a IF, pode notar que o grau de adestramento da tropa, o espírito de cumprimento de missão e o comprometimento com as demais missões melhoraram significativamente.
- As regras de engajamento mais bem elaboradas e utilizadas, sobretudo no que diz respeito às questões jurídicas. Além disso, um maior nível técnico individual relativo verificado nas progressões e abordagens.
- Análise da administração de retaguarda e operacional, atributos de liderança, valorização da tropa e do Exército e desenvolvimento e consolidação do espírito de equipe.

Tendo como ponto de partida a primeira resposta, o militar apresentou três ideias força, porém a que se destaca, e que foi objeto de estudo no referencial teórico deste trabalho, é o espírito de cumprimento de missão da tropa que, ao ser empregada em situações reais, geraram um grau de comprometimento acima do esperado por parte de todos os envolvidos nas operações da Intervenção. Além disso, abordando um lado mais jurídico e legal da Intervenção e que, também, foi objeto de estudo neste trabalho, as Regras de Engajamento foram empregadas e não abriram margem para dupla interpretação por parte do executante, sendo bem clara e objetiva, assegurando um amparo legal às atitudes dos militares dessa tropa. Por fim, dissertou-se acerca da logística empregada que ditou a permanência dessa tropa nas operações da Intervenção além dos aspectos de liderança por parte dos comandantes de pequenas frações o qual, embora estivesse em situações adversas, precisavam liderar suas frações para o bom cumprimento da missão.

A segunda pergunta subjetiva tratou acerca das mudanças que a Brigada de Infantaria Paraquedista sofreu com o decreto da Intervenção Federal. Com o mesmo motivo da pergunta anterior, apenas três respostas foram apresentadas.

3 Quais foram as diferenças (antes e depois) que a Bda Inf Pqdt sofreu com a instauração da IF, quanto ao adestramento e preparo da tropa?

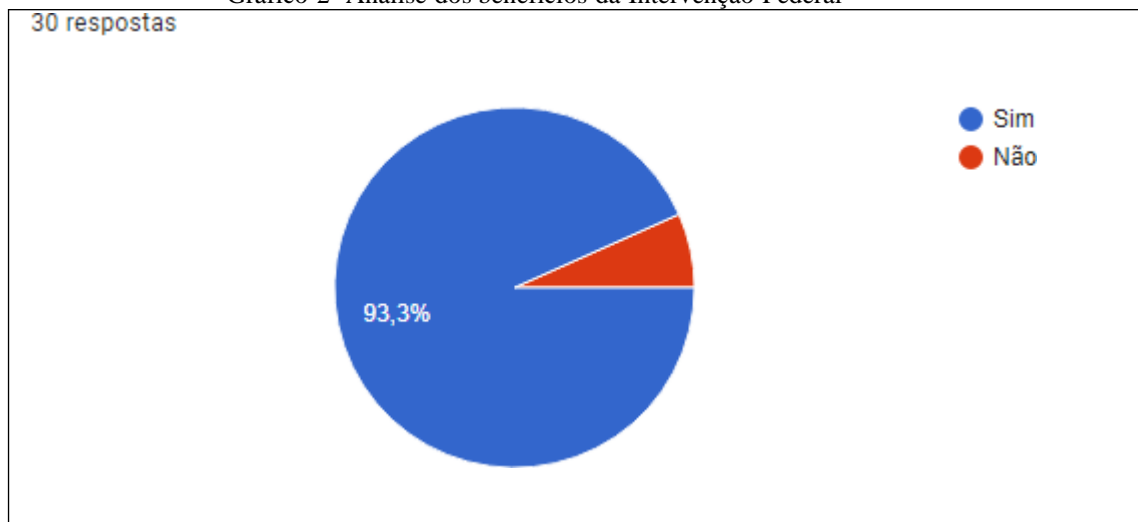
- Antes, a Bda explorava o adestramento de combate urbano de forma sucinta. Após a Intervenção, a Bda especializou no ambiente urbano, além do convencional.
- Para fins de emprego em GLO, tornou-se uma faca afiada para este fim, atingindo o mais alto grau no emprego de técnicas individuais voltada para aquele ambiente operacional.
- Aumentou o nível de profissionalismo, tendo em vista tratar-se de situação real e não apenas uma simulação.

Ao analisar as duas perguntas iniciais, percebe-se que ambas abordam o mesmo assunto: operar em ambiente urbano sob a égide de GLO. Dessa forma, a tropa de Infantaria Paraquedista aperfeiçoou suas técnicas, táticas e procedimentos no combate em ambiente urbano, executando o que foi adestrado antes da instauração da Intervenção e melhorando suas condutas durante as operações de GLO nas comunidades do Estado do Rio de Janeiro. Outrossim, por se tratar de situações reais, não mais nos ambientes simulados que estavam acostumadas a operar, a tropa elevou o nível de profissionalismo.

Dando continuidade à pergunta anterior, o próximo item buscou analisar se essas mudanças foram benéficas ou não para a Bda Inf Pqdt.

4 Na sua opinião, foram benéficas?

Gráfico 2- Análise dos benefícios da Intervenção Federal



Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

Como pode-se observar, 29 entrevistados responderam que a Intervenção Federal trouxe benefícios para o adestramento e preparo da tropa de Infantaria Paraquedista (93,3%) e apenas 1 discordou dessa afirmação (6,7%).

Finalizando o questionário, a última pergunta abordou o motivo pelo qual a Intervenção privilegiou o adestramento e preparo dessa tropa.

5 Por quê?

- Por se tratar de uma missão real, foi de grande valia, para termos em prática todo nosso adestramento e vermos o quanto a nossa tropa paraquedista é preparada e capaz de cumprir qualquer missão que nos for dada.
- Além do adestramento, o emprego da tropa em operações reais contribuiu para o aperfeiçoamento de diversas técnicas de emprego da tropa, tanto urbana, quanto convencional.
- O emprego por um período determinado desenvolve outras potencialidades nos comandantes de pequenas frações, bem como nos integrantes dela. Além de proporcionar na tropa ênfase maior nas instruções de garantia da lei e da ordem.

Foi realizada essa pergunta para ratificar as experiências dos militares que atuaram na Intervenção Federal de 2018. Embora tenha colocado em prática todo o seu adestramento durante as operações da Intervenção, a situação de riscos de vida real além do espírito e

comprometimento de bem cumprir a missão atribuída contribuiu para o aperfeiçoamento das antigas técnicas, táticas e procedimentos (TTP) utilizadas e serviu de base para a criação de novas. Dessa forma, o grau de preparo e adestramento dessa tropa tende a aumentar e especializá-la para operações em ambientes urbanos, conforme foi a Intervenção Federal.

8 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao analisar os resultados provenientes deste formulário, pode-se inferir que realmente houve uma melhora não apenas no adestramento, mas principalmente no preparo desta tropa pois, ao eclodir situações não simuladas, a tropa coloca em prática tudo que foi treinado e, ao cumprir cada missão, percebe-se o comprometimento não somente com a missão que lhe é atribuída mas também com quem está desempenhando esta mesma missão. Essa conclusão pode ser retirada do primeiro gráfico (primeira pergunta do formulário) e do segundo questionamento feito aos entrevistados.

Além disso, as mudanças provocadas pela instauração da Intervenção promoveram o aperfeiçoamento de TTP dessa tropa. Ao serem empregadas em situações reais, a forma de adestrar e preparar esse tipo de tropa saem de apenas possíveis simulações reais para novas formas de praticar tendo como base as experiências reais, dando uma maior e melhor eficácia e realidade no adestramento. E como pode-se constatar, os militares questionados concordam que houve mudanças com o decreto da Intervenção Federal, conforme os dados coletados do segundo gráfico (item 4 do questionário) e das respostas expostas nos itens 3 e 4 do formulário.

Portanto, ao analisar esses estudos pode-se afirmar que a Intervenção Federal de 2018 provocou impactos relevantes ao grau de adestramento e preparo da tropa de Infantaria Paraquedista.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O referencial teórico deste estudo possibilitou a ambientação e o entendimento sobre como se encontrava o governo do Estado do Rio de Janeiro, mais precisamente o estado de calamidade que se encontrava a segurança pública do Estado, bem como os fatores criminais que assolavam todo o Estado Fluminense com a atuação e recrudescimento das organizações criminosas, a greve da Polícia Militar em virtude do atraso dos pagamentos salariais e da deterioração das UPP's. É nesse contexto de decadência do governo de Luís Fernando Pezão, com problemas financeiros e, principalmente, crise na segurança pública, fez-se necessária a atuação das Forças Armadas. Para isso, o então Presidente nomeou como Interventor o General Braga Netto cuja principal missão era reduzir a criminalidade do Estado, restituindo a soberania Estatal nessa região.

É nesse contexto de incertezas e calamidade na segurança pública que a tropa de Infantaria Paraquedista se destacou ao ser empregada nessa ocasião. Por ser uma Força de Emprego Estratégico Nacional, amplamente empregada nos mais diversos locais do Brasil, com um excelente preparo e adestramento de sua tropa além de estar situada na região onde ocorreu tal evento sendo uma força de pronto emprego.

Dessa forma, a Intervenção Federal foi uma excelente oportunidade de colocar em pratica a doutrina e o emprego dessa tropa, no qual serviu para aperfeiçoar as formas de adestrar e, conseqüentemente, preparar a tropa de Infantaria Paraquedista. Ao analisar monografias acerca desse assunto além dos dados retirados do formulário realizado por militares que atuaram na Intervenção, é evidente que as missões provenientes do decreto do dia 16 de fevereiro de 2018 melhoraram o grau de adestramento e preparo da tropa de Infantaria Paraquedista ao elevar o nível de especialização no combate em ambiente urbano, realizando ações embasadas nas Regras de Engajamento das operações o que favoreceu o elevado grau de comprometimento dos militares não somente para a missão em si mas também para aqueles que ombreavam juntamente a favor do objetivo geral dessa Intervenção: reduzir a criminalidade que assolava o Estado do Rio de Janeiro.

10 REFERÊNCIAS

ABRANTE, Gustavo Dantas. **O emprego do Exército Brasileiro no combate ao crime organizado na última década, na cidade do Rio de Janeiro**. Orientador: Anderson José Soares de Lima. 2019. TCC (Especialização) – Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, Rio de Janeiro, 2019.

AGÊNCIA BRASIL. Governo do Rio deflagra Operação Guanabara para garantir segurança no Carnaval, **Empresa Brasil de Comunicação (EBC)**, 28 de fevereiro de 2003. Disponível em: [Governo do Rio deflagra Operação Guanabara para garantir segurança no Carnaval | Agência Brasil \(ebc.com.br\)](http://Governo do Rio deflagra Operação Guanabara para garantir segurança no Carnaval | Agência Brasil (ebc.com.br)). Acesso em 31 de março de 2022

BARROSO, João Paulo de Andrade. **A Conquista da Opinião pública como fator de êxito nas ações militares durante as operações de garantia da Lei e da Ordem: um estudo a partir das operações Arcanjo e São Francisco**. Orientação: João Luiz de Araujo Lampert. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares)—Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2019.

BRASIL. **Decreto nº 9.288 de 16 de fevereiro de 2018**. Decreta intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública. Disponível em: [D9288 \(planalto.gov.br\)](http://D9288 (planalto.gov.br))

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: [Constituição \(planalto.gov.br\)](http://Constituição (planalto.gov.br)) . Acesso em: 31 de março de 2022.

BRASIL, **Lei Complementar nº 97 de 9 de junho de 1999**. Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas. Disponível em: [Lcp97 \(planalto.gov.br\)](http://Lcp97 (planalto.gov.br)). Acesso em: 31 de março de 2022

BRASIL. **Lei Complementar nº 12.850, de 02 de agosto de 2013**. Define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); revoga a Lei nº 9.034, de 3 de maio de 1995; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, DOU de 05 ago. 2013. Seção 1 – Edição Extra, p. 3. BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988

ESCOTO, Roberto. Guerra Irregular: Bda Inf Pqd do Exército Brasileiro na pacificação das favelas do RJ. **Defesanet**, Brasília, 16 de novembro de 2015. Disponível em: DefesaNet - Doutrina Militar - Guerra Irregular: Bda Inf Pqd do Exército Brasileiro na pacificação das favelas do RJ. Acesso em: 31 de março de 2022

FILOCRE, Lincoln D.'Aquino. Revisita à ordem pública. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, a. 46, n. 184, p. 131-147, 2009. Disponível em: [000881711.pdf \(senado.leg.br\)](#). Acesso em: 31 de março de 2022

GOMES JUNIOR, Alex Ferreira Gomes. **A atuação das Forças Armadas e a diminuição dos índices de criminalidade no estado do Rio de Janeiro durante a intervenção federal**. Orientador: Carlos Eduardo Demétrio dos Santos. TCC (Especialização) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2019.

MARÉ - Divisão Encouraçada na pacificação do Complexo da Maré. **Defesanet**. Brasília, 16 de maio de 2014. Disponível em: [DefesaNet - Especial MOUT - MARÉ - Divisão Encouraçada na pacificação do Complexo da Maré](#). Acesso: em 31 de março de 2022

MATHIAS, Lucas. Pesquisa qualitativa e quantitativa: qual é a melhor opção?. MINDMINERS, 17 de fevereiro de 2022. Disponível em: [Pesquisa quantitativa e qualitativa: qual é a melhor opção? \(mindminers.com\)](#)

MÉTODOS DE PESQUISA / [organizado por] Tatiana Engel Gerhardt e Denise Tolfo Silveira; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

MONTEIRO, David Van Creveld Carvalho. **Aspectos legais das operações de garantia da lei e da ordem quando empregadas em áreas de influência do crime organizado na cidade do Rio de Janeiro: uma análise da necessidade de evolução do arcabouço jurídico e das regras de engajamento**. Orientador: Carlos André dos Santos Meirelles Andrade. TCC (Especialização) – Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, Rio de Janeiro, 2017.

MENEZES, Pedro. Método Indutivo. **Toda Matéria**. 2022 Disponível em: [Método Indutivo: conceito, exemplo, Francis Bacon - Toda Matéria \(todamateria.com.br\)](#) . Acesso em: 31 de março de 2022

REIS, Felipe Carlos dos. **As características das operações de garantia da lei e da ordem realizadas sob a intervenção federal no estado do Rio de Janeiro no ano de 2018**. Orientador: Anvalgleber Souza Linhares. 2020. TCC (Especialização) – Academia Militar das Agulhas Negras, Rio de Janeiro, 2020.

SILVA, Marcus Vinícios Pimenta da. **A intervenção federal na segurança pública no estado do Rio de Janeiro e as consequências para o preparo e emprego da força terrestre: o estado de pronto-emprego da brigada de infantaria paraquedista para operações de defesa externa.** Orientador: Filipe Araújo Goulart. 2020. TCC (Especialização) – Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, Rio de Janeiro, 2020.

TEIXEIRA, João Paulo Xavier. **Uma análise das regras de engajamento utilizadas nas operações do Complexo do Alemão no ano de 2010 e na intervenção federal no estado do Rio de Janeiro no ano de 2018.** TCC (Especialização) – Academia Militar Das Agulhas Negras, Rio de Janeiro, 2020.

VALLE, Flávio Henrique Magalhães. **A influência da Intervenção Federal no adestramento das tropas da Brigada de Infantaria Pára-quedista.** Orientador: Guilherme Marques Almeida. 2019. TCC (Especialização) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2019.